

## O PROTOCOLO ESTÉTICO DA DISTOPIA PRESENTE SOBRE A VIOLÊNCIA

### *THE AESTHETIC PROTOCOL OF THE PRESENT DYSTOPIA ABOUT THE VIOLENCE*

Ronaldo Rosas Reis\*

**RESUMO:** O artigo examina criticamente o protocolo estético da distopia presente na qual a violência, aparentemente sem limite definido no tempo-espço de sua inserção social, se sobrepõe às demais formas de manifestação humana. Parte do pressuposto de que, nas últimas décadas, o significativo aumento das investidas pós-modernistas pela ampliação espacial do campo de disputa ideológica demandado pelas inúmeras frações e subfrações sociais surgidas, resultou no atual quadro distópico, cujo protocolo estético conjuga o exercício ilusório e ambíguo de uma liberdade individual com a real violência praticada por ativistas de grupos de interesses, lobistas de empresas e agentes do Estado.

**Palavras-chave:** protocolo; estética; distopia; presente.

**ABSTRACT:** This paper examine critically the aesthetic protocol of the present dystopia in which freedom and violence are mutually overlapping, seemingly without limits defined in time and space of his appearances. It assumes that, in recent decades, a significant increase in postmodernist invested by the spatial expansion of the ideological playing field demanded by the numerous fractions and arising social subfractions resulted in the dystopia whose aesthetic protocol combines the illusory and ambiguous exercise individual freedom with real violence by activists of interest groups, lobbyists companies and agents of Estate.

**Keywords:** protocol; aesthetic; dystopia; presente.

---

\* Ronaldo Rosas Reis – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Doutor em Comunicação e Cultura, Professor Titular da Faculdade de Educação. E-mail: ronaldorosas@id.uff.br.

“Nada é tão imóvel quanto os mortos”  
(China Mieville. *A cidade e a cidade*, 2014)

Para além do reconhecimento do papel central exercido pelas frações e subfrações sociais<sup>1</sup> na significativa ampliação espacial do campo de disputa ideológica em torno de ideais libertários, parte o presente artigo do pressuposto de que o resultado dessas investidas pós-modernistas deve ser apreendido no contexto mesmo da distopia presente, cujo protocolo estético conjuga o exercício ilusório e ambíguo de uma liberdade individual com a real violência praticada por ativistas de grupos de interesses, lobistas de empresas e agentes do Estado. Ilusória e ambígua porque se trata de uma liberdade subliminarmente pautada pela associação entre o livre arbítrio e o mercado, sendo, portanto, controlada por conglomerados empresariais de amplo espectro<sup>2</sup>. Ilusória e ambígua também porque, como posição política, o exercício dessa liberdade é uma contradição em termos, posto que sendo a esfera cultural o seu espaço de positivação social, tal exercício terá seus movimentos subordinados às exigências (formais, estilísticas etc.) determinadas pela indústria de bens culturais, em especial a exigência da permanente criação de “novidades”. Desnecessário se torna alongar o comentário sobre o que se esconde por trás da ideia de “novidade”, bastando mencionar que, dentre outros tantos estereótipos massificados pela indústria cultural, se trata de um reforço do processo de coisificação estética experimentada sobretudo pelos jovens nas suas vidas pessoais e no convívio social com outros jovens. Nesse sentido, conforme expus em alguns ensaios anteriores sobre o tema (REIS, 2005, 2010, 2012 e 2014), a espessura da casca alienante que cobre parte significativa da juventude aprisiona numa espécie de antirreino da liberdade mascarando a barbárie em que vivem<sup>3</sup>.

Parafraseando Marx (2002), o processo de transformação das circunstâncias que têm garantido *sentido político* a esse aprisionamento impõe ao educador, como parte da sua própria educação, combater a inconsequência das tendências pós-modernistas anticlassistas e anti-intelectualistas como forma de perfurar a espessura da casca de alienação, sendo esse o objetivo geral do presente artigo. Mais especificamente, o que buscamos aqui é apreender e examinar criticamente o contexto da distopia que ora experimentamos em termos globais, na qual a violência, aparentemente sem limite definido no tempo-espaço de sua inserção social, se sobrepõe às demais formas de manifestação humana, configurando o protocolo estético da irracionalidade.

O artigo está desenvolvido metodologicamente em três seções. Na primeira delas, busco periodizar o contexto político e cultural que engendra o pós-modernismo a partir da década de 1970. Objetivamente trato do conflito *totalidade x diversidade* e dos impulsos neo-obscurantistas pós-modernos. Na segunda seção, à luz da ontologia crítica marxiana, me detenho no exame crítico da recusa da luta de classes por parte das frações e subfrações pós-modernistas, e, por conseguinte, do deslocamento estratégico das lutas sociais para o campo das subjetividades. Busco ainda, no sentido daquele exame crítico, demonstrar como a opção

<sup>1</sup> Refiro-me, dentre outros, aos movimentos sociais que abraçaram as causas étnico-raciais, de gênero, LGBT, ambientais, de inclusão de necessidades especiais. Concordando com a crítica de Domenico Losurdo, tais movimentos no mais das vezes adotaram o imperativo categórico de combater a centralidade social da luta de classes, agindo no sentido de fragmentá-la ou, pior ainda, de exorcizá-la do horizonte do movimento dos trabalhadores. Ver LOSURDO (2015, p. 297-340).

<sup>2</sup> No dizer crítico de Beatriz Sarlo (2006, p. 9), trata-se de “[...] um exercício da autonomia dos sujeitos”.

<sup>3</sup> Segundo Sarlo esse reforço da ideia de igualdade na liberdade é a parte central das ideologias juvenis bem pensantes, as quais desprezam as desigualdades reais a fim de armar uma cultura estratificada, porém igualmente magnetizada pelos eixos de identidade musical que se convertem em espaços para a identidade de experiências (Idem, 2006, p. 41).

estratégica pós-modernista pela subjetividade contribuiu decisivamente para o processo de estetização das relações sociais, e para o aumento da espessura alienante da consciência humana. Por fim, com base no excerto de um ensaio que publicamos não faz muito tempo (REIS, 2014), na última seção retomo um aspecto do protocolo estético da violência na atual conjuntura, i.e., a sua standardização e espetacularização (Debord, 2007) pelos conglomerados empresariais de comunicação.

## Miragens

Em 1973, marco inaugural aproximado da reestruturação produtiva do Sistema Capital, a Inglaterra e o Chile foram os primeiros países a sentir os efeitos devastadores do impacto provocado pela política econômica neoliberal. Expandida pelo continente europeu e americano e, depois, globalmente, tal política cobrou um alto preço que está sendo pago ainda hoje pela classe trabalhadora. Sindicatos centenários foram quebrados, acordos trabalhistas foram rompidos unilateralmente, as demissões de trabalhadores se tornaram parte da nova estrutura produtiva e, portanto, periódicas. Nas duas décadas seguintes, tendo por inspiração o lema “governo não é a solução, mas o problema” (Reagan *apud* HOBBSAWM, 1994, p. 401), o papel do Estado foi profundamente reduzido, subtraindo da massa de necessitados a sua rede de proteção social. De fato, grande parte dos serviços públicos de saúde e a previdência social foi privatizada, e, especialmente no caso da educação, subordinaram-na à cadeia produtiva, a partir do que seus parâmetros curriculares foram ajustados ao modelo de empregabilidade adotado pelas agências multilaterais de financiamento e investimento<sup>4</sup>. No médio e longo prazo, disseminada *ad nauseam* pelo aparato ideológico neoliberal, o mercado tornar-se-ia o principal esteio da emergência e da consolidação das “novas formas de hegemonia cultural e política” que ficariam conhecidas como *pós-modernas* (HOLLANDA, 1990, p. 7).

Para Jameson (1996), contrariamente à atitude modernista, a pós-modernista é destituída de qualquer utopia, sendo, portanto, meramente formalista. Isto é, diante de questões como a essência ou a verdade, ela é preocupada apenas com a aparência das coisas. Dessa forma, subjaz fortemente no pós-modernismo a espacialização do tempo caracterizado pelo abandono da noção de história, prevalecendo uma visão fragmentária, efêmera e espetacular sobre o presente, sendo isso tudo presidido pela lógica da rentabilidade. Do ponto de vista estratégico, a recusa à totalidade da (nova) geração de “rebeldes sem causa” passaria a equivaler ao abandono da luta de classes por parte das frações e subfrações sociais militantes de lutas específicas<sup>5</sup>, e, nesse sentido, angariaria a simpatia de inúmeros intelectuais que há algum tempo se empenhavam na desconstrução da Razão Moderna. Não obstante a realidade que se apresentava nessa conjuntura extremamente complexa, a associação entre os inúmeros grupos militantes e o amplo leque de teorias desconstrutivistas da se tornou inevitável, e acabaria convergindo para uma agenda teórica comum de enfrentamento epistemológico e

---

<sup>4</sup> A título de exemplo cabe mencionar que um dos acordos mais conhecidos teve como parâmetro orientador um documento preparado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI para a UNESCO. Publicado em 1996, o documento conhecido como “Relatório Delors”, escondia no seu título ambicioso, “Educação ao Longo de Toda a Vida”, a intenção política de se articular a educação ao mundo do trabalho e da produção do conhecimento numa sociedade subsumida pela competitividade e o mercado. Sobre esse assunto ver ALMEIDA, J. B. (2007)

<sup>5</sup> Cf. nota 1.

moral ao que denominavam *metanarrativas*<sup>6</sup>. Do ponto de vista prático tal enfrentamento foi dimensionado, de um lado, pela recusa sistemática da luta de classes, por outro lado, em oposição à tradição ontológica e fenomenológica moderna, pela projeção de miragens libertárias a partir de esquemas rizomáticos.

Sem embargo, na França, intelectuais como Michel Foucault, Jacques Derrida e Jean-François Lyotard se empenharam em desconstruir a perspectiva ontológica do ser social e, adiante, denunciavam e combatiam aquilo que denominam de “discursos ideológicos totalizantes”, em especial aqueles oriundos da fenomenologia hegeliana e os da economia política marxiana. Outros, como Gilles Deleuze e Felix Guattari, recusariam radicalmente a ideia de *verdade* contida naquilo que chamavam de *metadiscursos* modernos, propondo em contrapartida caminhar para “mais perto do concreto, do presente, cooperando com as forças do acontecimento, decodificando e dando coerência aos detalhes da cotidianidade” (BARBOSA, 1985, p. xiii). De outra parte, Jürgen Habermas, na Alemanha, muito embora travasse uma dura batalha contra essa desconstrução francesa, a sua defesa de um modelo conciliatório no ambiente cultural pós-moderno, fundado numa teoria comunicativa, se mostraria, no médio e longo prazo, como uma espécie de contrarreferente idealista, reformista, nostálgico e paralisante. Na Inglaterra o multiculturalismo proposto pelo teórico jamaicano Stuart Hall configuraria a mais nova onda teórica, baseada principalmente na ideia de *diversidade*. Todas essas novas propostas – principalmente os conceitos multiculturalistas de Hall – conquistariam entusiasmados adeptos nos meios acadêmicos dos EUA e do Canadá, sobretudo entre os militantes da contracultura e, especialmente, entre os antiteóricos do movimento *camp* estadunidense<sup>7</sup>. Em menos de uma década, a problemática lançada por Hall seria apreendida naqueles países como uma promessa intelectual especialmente favorável às preocupações correntes quanto aos direitos civis das minorias raciais, das mulheres e dos homossexuais. Em fins da década de 1980, no Canadá e nos EUA, a preocupação com a diversidade cultural somada ao projeto de desconstrução da racionalidade moderna encabeçado pelos principais ideólogos do pós-estruturalismo francês, atendia plenamente aos anseios públicos da crescente e expressiva manifestação politicamente correta que tomava conta das universidades e da intelectualidade burguesa liberal dominante nos círculos artísticos e literários de grandes cidades como Nova Iorque, São Francisco, Boston, Montreal, Toronto e Quebec<sup>8</sup>. Constituído como campo de Estudos Culturais, as ideias de Hall seriam então assumidas quer como uma tendência teórico-crítica multiculturalista quer como uma orientação estratégica de base pós-gramsciana com vistas a intervir na prática educacional, sendo observado em ambos os casos o uso de uma metodologia ambígua – uma *bricolagem* – como imperativo de se combinar dialeticamente o pragmatismo e a autorreflexão como estratégia para “recuperar a cultura e a história da classe operária” (NELSON *et al*, op. cit., p. 15).

No Brasil, como de resto em toda a América do Sul, o quadro de violência e barbárie instaurado pelos regimes ditatoriais nas décadas de 1970 e 1980, reunia centenas, talvez milhares de relatos de intelectuais, acadêmicos e artistas presos, torturados e banidos do país

---

<sup>6</sup> Cf. LYOTARD (1985).

<sup>7</sup> A ideia de um movimento *camp* – que designa, literalmente, uma “atitude teatral”, “exótica”, “brega”, “ostensiva” – pode soar talvez demasiado, porém não de todo deslocado e muito menos incorreto. A referência a ele aqui se faz no sentido mesmo de um dos muitos sintomas da barbárie capitalista na condição pós-moderna.

<sup>8</sup> Nos EUA e no Canadá o termo *liberal* designa uma posição política equidistante às posições “conservadora”, de direita, e radical, de “esquerda”, respectivamente.

por motivos políticos, sendo que aqueles que permaneceram nos seus respectivos países estavam impedidos pela censura de se manifestarem. Tal fator seria determinante para que o leque de ideias desconstrutivistas tivesse sido mantido por um bom tempo à margem do ideário da intelectualidade burguesa de esquerda em atividade na academia. Contudo, já na metade dos anos de 1980, em meio à timidez do processo de abrandamento das arbitrariedades e da violência política na região, e principalmente, com o início do retorno dos intelectuais e artistas exilados no exterior, o ambiente cultural na América do Sul travaria conhecimento com as ideias multiculturalistas e os novos posicionamentos filosóficos, ideológicos e políticos da Europa, bem como das tensões e embates gerados a partir delas.

## Distopia

Em 1989, ainda dando os primeiros passos no processo de restauração republicana pós-ditaduras, o continente sul-americano se depararia com a queda do muro de Berlim – e suas consequências – como uma das questões centrais na disputa hegemônica em torno dos temas democráticos no interior do campo ideológico. No curso dos debates, para muitas tendências ideológicas pós-modernistas, à direita e à esquerda, tornou-se claro que a queda do muro tanto representava “a derrocada do socialismo real” como confirmava alguns vaticínios que há tempos indicavam a distopia como uma opção de caminho para a liberdade: o “fim da teoria” (PONTUAL, 1984), o “fim da palavra política” (OLIVA, 1988), o “fim da história” (FUKUYAMA, 1989) etc.<sup>9</sup> A partir da década de 1990, o impacto dessa posição na vida acadêmica seria radicalizada com a utilização de um amplo repertório de argumentos defendendo a concepção de *diversidade* como chave para uma “abertura democrática autêntica”<sup>10</sup>. Em regra, como visto na seção anterior, o que essa posição negava era o que para elas se apresentava como um protocolo totalizante a impedir a plena realização do livre arbítrio; e, no sentido oposto, a posição pós-modernista afirmava a necessidade de se caminhar em meio à distopia presente, na qual a fruição do senso comum seria a base da ciência para a organização da vida social (SANTOS, 2005)<sup>11</sup>. Segundo a linha de pensamento daí advinda, trata-se de uma perspectiva política estratégica que parte da afirmação das subjetividades para o enfrentamento de qualquer tipo de norma formal (linguística, epistemológica, estética, ética etc.), angariando no seu curso o compromisso contra-hegemônico em relação aos vários e sutis sistemas de dominação ainda hegemônicos.

Se a crença pós-modernista no poder das subjetividades como instrumento de emancipação constitui, obviamente, um tipo de visão intelectualmente legítima, todavia, o que essa crença desconsidera é o fato de a sua estratégia esconder um tipo de visão contraposta que anula completamente qualquer intenção política, e que, nessa medida, acaba devolvendo o conhecimento emergente das subjetividades para o terreno da norma formal – e, por

---

<sup>9</sup> Tão distorcidas, deletérias e conformistas quanto medíocres, tais concepções militantes subsumiam o nomadismo (intelectual, estético etc.) como forma de combate à racionalidade moderna.

<sup>10</sup> Se num primeiro momento tal radicalização ocorreu quase que exclusivamente *pela esquerda*, mais adiante ela receberia o reforço do pensamento neoconservador e reacionário.

<sup>11</sup> Para essa posição, a ciência do senso comum é uma poderosa ferramenta estratégica para se obter “multiplicidade e fluidez” do pensamento dentro da qual se entende o “espaço/tempo do conhecimento criado no cotidiano [...]” (ALVEZ e GARCIA, 1999, p. 13).

extensão, ao pensamento dominante – que buscavam desconstruir<sup>12</sup>. Com efeito, ao examinarem a subordinação dialética da vida cultural ao modo de produção dominante, Marx e Engels (2002) chamam a atenção especificamente para o fato de que sendo a vida cultural baseada na propriedade particular dos meios de produção e circulação de mercadorias, ela refletirá essa determinante e que a autonomia conquistada pela vida cultural em relação a aquele modo dominante não seria capaz de dirimir o conflito existente entre interesses distintos de classes e tampouco capaz de modificar radicalmente a estrutura econômica. Assim, porquanto circunscrita à esfera intelectual, a contradição produzida pelo conflito de interesses é efêmera, sendo o seu tempo de duração limitado até a sua absorção pela estrutura social e, por fim, ser devolvida ao meio cultural como consciência reificada. Tal processo reificação da consciência decorre de um procedimento histórico-teleológico padrão utilizado pela classe dominante conhecido como “mudar para manter”. Tal procedimento é o que tem permitido à burguesia, a despeito da exigência de objetividade do seu modo de produção e controle da sociedade, exercer a sua hegemonia admitindo a inclusão de formas de manifestações culturais antagônicas ao seu próprio estatuto. Nessa medida, a subjetividade como estratégia política não deixa de ser determinada pela totalidade das relações sociais no modo de produção existente. Sendo assim, sua pretensão de autonomia ou bem manifesta um dualismo semelhante à negatividade programada das vanguardas culturais da modernidade – o que seria contraditório face ao desregramento pós-moderno –; ou bem manifesta um dualismo fundado no dogma religioso da redenção – o que pelo mesmo motivo anterior seria não menos contraditório –, ou bem manifesta um dualismo de qualquer tipo, pouco se importando com as semelhanças possíveis. Neste último caso, o que parece se apresentar é um *alívio denegatório*<sup>13</sup>, uma espécie de patologia mórbida na qual a recusa da razão dialética se manifesta como sintoma para obnubilar a incapacidade revolucionária da perspectiva micro (das subjetividades e do cotidiano) para superar as assimetrias entre as classes sociais. Nesse sentido, ao denegarem a luta de classes procurando nos convencer de que todo o questionamento acerca da ideologia do poder está vinculado à questão cultural e aos temas a ela imediatamente subordinados, o fazem na ideia de um mundo no qual a fome, a miséria, o trabalho infantil etc., podem ser sublimados mediado pela “imaginação sociológica” (SANTOS, 2005), i.e., um nirvana sensitivo pós-moderno, distópico e obscurantista.

É verdade que a crítica esboçada da estratégia política contra-hegemônica das frações e subfrações sociais pós-modernistas apresenta um contorno teórico bastante árido para a compreensão direta da problemática que opõe tal estratégia à luta de classes. De outra parte, quando examinada a práxis pós-modernista na esfera cultural a crítica adquire contornos que a torna extraordinariamente referenciada, posto que as dimensões econômico-política, estético-ideológica e moral-educativa se sobrepõem de forma contínua.

Data do fim da Segunda Grande Guerra o início do processo de uma dilatação intensa da esfera cultural, quando as atividades cinematográficas, musicais e literárias, geradoras de produtos de consumo massivos, se tornaram alvos dos grandes conglomerados empresariais

---

<sup>12</sup> De acordo com Jameson (1996), tal fato ocorre pela existência de um dualismo subjacente a qualquer crença, no caso a crença no poder das subjetividades como instrumento de emancipação ou autonomia dos indivíduos, o que acaba reforçando o caráter alienante da “ciência do senso comum ou do conhecimento sem teoria.

<sup>13</sup> Tal noção remete-se ao conceito de “alívio pós-moderno”, de Fredric Jameson (1994).

de entretenimento<sup>14</sup>. Já sob o paradigma estrutural avançado determinado pela reestruturação produtiva, constatou-se a organização sistêmica de três mudanças interdependentes e globais nas atividades culturais em geral, todas para fins de controle hegemônico do campo de disputa. Uma, de natureza econômica, pautada por uma “urgência desvairada da economia” pelo *novo* (JAMESON, 1996, p. 30), na qual a produção de cultura e as demandas da indústria e do mercado de bens culturais fundiam-se na exigência de um *aggiornamento* das suas atividades, daí resultando a expansão dos conglomerados de entretenimento globais controlados por *holdings* financeiras. A outra mudança, de natureza ideológica e estratégica, foi (e continua sendo) pautada por critérios estéticos normativos com a finalidade de manter o processo criativo sob dominação e controle dos gestores do sistema de arte. E a terceira mudança, de natureza teleológica, seria pautada por critérios pedagógicos normativos com a finalidade de mediar as tensões e conflitos resultantes de interesses das frações e subfrações sociais e/ou, sempre que necessário, responder à classe antagônica. A eficácia do caráter interdependente e global dessas mudanças pode ser apreendida quer na forma acelerada com que os conglomerados passaram a disponibilizar *novidades culturais* para o consumo massivo quer na rapidez com que metamorfoseiam o tólos estético dos seus produtos. Tal agilidade trouxe como consequência imediata um extraordinário acúmulo de bugigangas culturais e, mediatamente, a *estetização* da vida social, aspecto que nos parece central na configuração da distopia pós-modernista, marcada, como visto antes, pela visão fragmentária, efêmera e espetacular sobre o presente. Com efeito, considerando a agenda da dimensão estético-ideológica pós-moderna, Jameson (1996) diria que a competição travada em torno da produção do *novo*, na qual o trabalho artístico teve um protagonismo central, levaria o conjunto da sociedade, sobretudo a pequena-burguesia, a reificar-se contínua e extraordinariamente, impondo microscopicamente sobre o tecido social suas subjetividades estéticas. Em breves palavras, o consumo conspícuo de mercadorias embaladas pela *novidade* estetizou as relações sociais e, se tal situação confere ao mundo um rosto mais completamente humano do que jamais visto, restando “[...] muito pouco do que possa ser considerado irracional, no sentido mais antigo de incompreensível” (*Idem, idem*, p. 275), de outra parte é perceptível a renúncia da cultura à fruição estética *tout court*: i.e., ao valor de uso da arte e das demais relações com o mundo.

Ora, não são poucos os exemplos hodiernos da oferta do crédito fácil seduzindo a população trabalhadora mediante intensas campanhas publicitárias com apelos de mobilidade social. Nelas o lazer e o ócio são metamorfoseados em algo produtivo, transformando gestos simples, como cozinhar com e para a família e os amigos numa atividade prescrita disputada em receitas, livros, cursos etc. Exemplo disso tem sido a *gourmetização* gastronômica veiculada pela extensa cadeia de midiática, incluindo meios impressos, TV, rádio, cinema e, principalmente, a Internet com suas redes sociais, na qual drinks e refeições são elaborados não mais para serem simplesmente sentidos pelo paladar, mas, tão somente para comercializarem uma extraordinária quantidade de produtos, restaurantes e serviços de profissionais da cozinha<sup>15</sup>. Da mesma forma o que deveria ser o prazer de caminhar, de correr, de fazer esportes sem compromisso, se torna uma atividade carregada de significados

---

<sup>14</sup> Além das atividades citadas no corpo do texto, tais conglomerados dominam ainda os setores de lazer, vestuário, cosméticos, esportes, comunicações (rádio, TV, jornais, portais na web)

<sup>15</sup> A fúria *gourmetizadora* atual é parte do processo de *estetização* da vida social que ao longo de décadas tem provocado um extraordinário acúmulo de bugigangas culturais, conforme visto mais acima,

publicitários cujo alvo são os aspirantes a maratonistas, e, conforme escrevi em outra oportunidade,

[...] na esfera cultural propriamente falando as produções teatrais, o cinema, as artes plásticas, salvo as exceções de praxe, convergem para o mercado concorrendo com os subprodutos televisivos produzidos pela indústria cultural de massa. Em todas essas circunstâncias a dimensão criativa da atividade humana é simplesmente elidida ou travestida pelo consumo conspícuo de algo fadado à obsolescência. No sentido contrariamente dialético dessa sedução se encontram aqueles que praticarão o terrorismo privado e de estado contra a classe trabalhadora: banqueiros usurários, rentistas, empresários, agentes públicos no controle das economias do estado etc. (REIS, 2014, pp. 14-15).

Na última parte do Caderno I de os *Manuscritos econômico-filosóficos* (2004, p. 79-98)<sup>16</sup>, ao examinar a relação entre o trabalho e a propriedade privada à luz da ontologia, Karl Marx lança o seu olhar crítico sobre o *estranhamento* produzido pelo trabalho, identificando nas diferentes formas em que este fenômeno se manifesta na atividade humana, o aprisionamento do ser social às condições impostas pelo “sistema do *dinheiro*” (*Idem*, p. 80 – grifo do autor). Segundo Marx, nesse sistema, na medida em que o trabalho humano é efetivado<sup>17</sup>, ele concorre para a produção de mercadorias em geral, para a produção de si mesmo enquanto trabalho e para a produção do trabalhador como mercadoria. É no desenrolar desse processo dialético de efetivação do trabalho que o estranhamento se manifesta, seja privando duplamente o trabalhador do meio de vida seja o servilizando, o que resulta, enfim, na diminuição da sua capacidade de fruição social. Sem embargo, por ser uma criatura que trabalha, i. e., que age/pensa dialeticamente sobre a natureza, o homem desenvolveu singularmente a capacidade de comunicar e expressar os seus sentimentos, fazendo da linguagem a ferramenta por excelência dessa fruição com o mundo<sup>18</sup>. Todavia, quando enfraquecida da sua potencialidade comunicativa e expressiva, a linguagem perde a sua capacidade de fruição, significando isso que a criatividade humana perdeu espaço para os instintos primitivos, o que é um sinal de desumanização do homem, de proximidade e semelhança com as espécies das quais ele havia se distanciado e se libertado. Ora, se é certo que a percepção sensível é constitutiva da práxis, não menos verdadeira é a ideia de que a propriedade privada é, como nota Eagleton (1993), a expressão sensível da alienação do homem em relação ao seu próprio corpo. De fato, de um lado porque, sob esse regime, o que ele produz não lhe pertence, de outro lado porque o seu trabalho criador é apreendido como uma mercadoria qualquer, isto é, como os demais artefatos por ele produzido. Sob o regime da propriedade privada, o homem se encontra diante do paradoxo no qual a sua sensibilidade estética é reduzida ao instinto primitivo de atender às necessidades, dado que não reconhece mais o que criou nem tampouco a sua própria capacidade de criar. Por outro lado, a pretexto de confortar esse homem alienado, a ideologia dominante o estimula a acumular dinheiro para comprar as coisas que se encontram fora da sua capacidade de realização. Em outras

<sup>16</sup> Escritos em 1844, em Paris, e publicados pela primeira vez em 1932, em Moscou, quase 50 anos após a morte do seu autor.

<sup>17</sup> O trabalho efetivado é o trabalho objetivado, i.e., o trabalho fixado num objeto, tornado *coisa*.

<sup>18</sup> A ideia de o homem produzir-se a si mesmo e a outro homem está contida no caráter social/universal da existência humana, definida, ontologicamente, pelo processo de mediação/fruição social



palavras, sob o regime da propriedade privada e da mercadoria, o homem tem os seus sentidos aviltados passando a consumir de forma mecânica tudo aquilo que antes era feito com prazer.

Se toda essa peroração teórica faz sentido, permito-me inferir que esse quadro limite de vulgarização da cultura talvez tenha sido o que levou Lukács a qualificar o estágio da arte no pós-modernismo como um *beco sem saída* (1967). Decorre daí a minha desconfiança de que ao renunciarem moralmente dos problemas do nosso tempo e cedido espaço para o hedonismo e ao cinismo anti-historicista, as frações e subfrações sociais pós-modernistas tenham levado o artista aprofundar o seu estado de alienação, acentuando a ideia de que o abandono da totalidade no limite significou o abandono do corpo próprio, passando a distopia presente a ser um território ocupado por *zumbis* (EAGLETON, 1993).

## Violência

Decorre da renúncia moral pós-modernista aos problemas do nosso tempo, grande parte da acelerada estetização mercantilizada e fragmentária das relações sociais de produção da vida, fato que põe em relevo o caráter distópico do presente. Posto que se encontram se não impedidas pelo menos reduzidas as condições de desenvolvimento de formas sensíveis de fruição com o mundo, enfrentamos, *et por cause*, a terrível experiência de vivermos numa espécie de *zumbilândia*<sup>19</sup>. Portanto, ao pressuposto que deu origem ao presente artigo, no qual se aponta que as ações libertárias da posição política das frações e subfrações sociais pós-modernistas se encontra limitada (quando não controlada) pelos conglomerados empresariais, acrescento agora a ideia de que há tempos tais ações têm concorrido para o protocolo estético da distopia mediante a standardização e espetacularização da violência.

Analisando as condições concretas que concorreram para o desenvolvimento da existência humana até o advento da emergência da burguesia como classe dominante, Marx e Engels (2002) identificam a violência como a força motriz que, ao longo da história, destruiu civilizações e obrigou diferentes povos a formar novas estruturas sociais, incluindo a moderna sociedade de classes em que viviam. Embora tratem, é verdade, de uma forma específica de violência, i. e, a violência revolucionária, não deixam de aludir às diferentes formas com que a violência se manifesta na vida social, seja nas microrrelações de existência dos indivíduos seja nas macrorrelações envolvendo os estágios de desenvolvimento das forças produtivas. Quase ao final da seção em que examinam criticamente as “formas de propriedade naturais e civilizadas” (2002, pp. 78-86), Marx e Engels sintetizam as condições para a ocorrência da atividade individual livre em coincidência com a vida material. Para eles, tal estágio será alcançado mediante a violência revolucionária na qual os trabalhadores tendo “[subvertido] a força do modo de produção e de troca anterior, assim como a força da estrutura social anterior[...]”, e, ainda, tendo “[desenvolvido] o caráter universal do proletariado”, “[se despojarão] também de tudo o que resta da sua posição social anterior” (*Idem*, pp.83-84). Com essa síntese, Marx e Engels fazem avançar a ideia de que a condição de conquista da liberdade – vale dizer, a conquista do poder de exercitar atividades livres e auto criativas, formadoras e transformadoras – é a associação voluntária dos indivíduos na

---

<sup>19</sup> Não por acaso nem por coincidência que alguns dos melhores escritores e roteiristas da atualidade há tempos tenham adotado o realismo fantástico nas suas obras literárias e cinematográficas, tais como *Androides sonham com ovelhas elétricas?* / *Blade Runner* (Phillip K. Dick/Ridley Scott, 1962/1982) e *A cidade e a cidade*, de China Mieville (2014).

comunidade real, através do que, tendo sob o seu controle as condições de existência, “os indivíduos nela participam como indivíduos” (*Idem*, p. 93).

Para a posição política pós-modernista a comunidade real parece inexistir. Ou seja, para essa posição política a comunidade na qual os indivíduos por associação voluntária se relacionam para produzir concretamente a vida, e na qual, têm sido historicamente explorados por uma classe hegemônica, não tem a menor importância para os seus objetivos. No sentido oposto a isso, para a posição política pós-modernista, tudo leva a crer que a comunidade que conta é aquela que cuida de interesses específicos, sendo elas, dentre outras, as de gênero, de raça/etnia, de LGBT, de ambientalistas, de portadores de necessidade especiais etc. Ora, segundo a lógica que se depreende dessa determinante, se a verdadeira exploração é aquela que recai sobre comunidades representativas de indivíduos fracionados e subfracionado, tem-se que cada uma delas abrigaria relações sociais concretas, ou seja, produtoras de vida. Supondo que isso não ocorre de fato, como essas frações e subfrações sociais de indivíduos da totalidade da classe explorada qualificam suas próprias *comunidades*? Imaginárias? Virtuais? Por suposto que não.

Todavia, no ambiente cultural pós-moderno, essas *comunidades* inominadas há muito são chamadas no linguajar vulgar e corrente da imprensa de “tribos”, fato que parece não incomodar a nenhuma delas. Tem-se aqui o que parece ser um contrassenso à lógica revolucionária, e, por extensão, à violência real. Consiste no entendimento de que ao negligenciarem os fatores e as condições determinantes que engendram historicamente o surgimento da propriedade privada, considerando especialmente a exploração do trabalho humano, as “tribos” acabam contribuindo decisivamente para a diluição do sentido revolucionário da violência. Contraposto a isso, reforçam a posição dominante no sentido da estetização da violência na vida social.

A associação voluntária de indivíduos fracionados e subfracionado em torno de interesses específicos não apenas fragiliza a luta comum da classe explorada, como também não garante que suas respectivas “tribos” tenham condições efetivas de oferecer resistência real contra o assédio moral da classe hegemônica. Tamanha é essa limitação que impõe a cada “tribo” a necessidade de afirmar a sua forma de resistência social mediante o uso de máscaras estilísticas (ou alegorias) por parte dos seus membros, as quais imaginam funcionar como um avatar (ou no limite como um factótum) para a militância no ambiente cultural. Decorre daí o fato de o crescimento e o reconhecimento social das demandas ideológicas de cada “tribo” depender da intensificação da militância naquele ambiente, o que as leva igualmente a uma crescente necessidade de apelar para a estilização estética, tal como a publicidade comercial. É nesse ponto nodal que ocorre a sobreposição simétrica das “tribos” e dos interesses comerciais privados, no qual prevalece a lógica mercantilista dos conglomerados empresariais de entretenimento. Dessa maneira, a “tribalização” dessas comunidades surgem como rótulos em exposição no grande bazar de entretenimento que são os meios de comunicação e a Internet. Resumindo tudo, o objetivo desse tipo de agenciamento ideológico é manter sob controle o télos ético-estético. Sem embargo, sob o capitalismo, a autonomia adquirida pela vida cultural em relação à estrutura econômica decorre do conflito existente entre interesses de classes sociais distintas, levando muita gente a imaginar que, ao adquirir tal autonomia, a cultura seja capaz de modificar radicalmente a estrutura econômica. No entanto, a contradição produzida pelo conflito de interesses é efêmera, porquanto circunscrita à esfera intelectual. Assim, a duração da contradição leva apenas o tempo suficiente para que a

estrutura a absorva e a devolva à vida cultural como consciência reificada. A reificação da consciência corresponde, em linhas gerais, a algo como “mudar para que tudo seja mantido como está”<sup>20</sup>. Sendo menos breve, tal processo de “mudança-manutenção” é o que permite à burguesia impor a sua hegemonia cultural numa sociedade dividida em classes, admitindo, inclusive, a existência de formas de manifestações culturais antagônicas ao seu próprio estatuto. É o que lhe permite, por exemplo, absorver determinadas manifestações estéticas contrárias à sua visão de mundo, devolvendo-as à circulação sob uma forma palatável à sua própria cultura, ou seja, como mercadoria.

A intenção de concluir esse artigo trazendo uma referência concreta do exame crítico do processo de estetização das lutas sociais realizado até aqui, segue a linha de uma preocupação crescente que trago com a quase onipresença dos conglomerados empresariais de entretenimento na vida social em geral, e na do Brasil em especial. Portanto, se o que foi dito até aqui estiver correto, fará todo sentido a atualização do que escrevi não faz muito tempo sobre o episódio das manifestações políticas em junho/julho de 2013<sup>21</sup>.

Tema permanente em qualquer noticiário, a violência detem um longo histórico na imprensa mundial, e compõe permanentemente as ementas das mais variadas disciplinas nas escolas técnicas de nível superior de formação de jornalistas. Nas redações fotógrafos e cinegrafistas são treinados e/ou desenvolvem técnicas próprias para o registro da violência, seja a guerra, a morte de um indivíduo, o estupro etc. Manipular o estreito fio da história que separa a verdade da tragédia ou do burlesco para reforçar o seu dualismo face à violência real, tem sido a tarefa rotineira de fotógrafos, cinegrafistas, repórteres e editores. Para esses profissionais, a violência é um objeto a ser explorado como negatividade na medida da ideologia geral da classe dominante, ou ressignificado numa positividade de acordo com os interesses comerciais estratégicos das empresas de comunicação.

Foi nesse sentido que, não por acaso nem por coincidência, a violência foi adotada estrategicamente como o tólos ético-estético do laboratório preparatório para a grande virada do modelo integrado de comunicação e entretenimento dos conglomerados empresariais de entretenimento<sup>22</sup>. Previa-se nessa virada a integração das antigas formas de veiculação/divulgação de notícias e entretenimento com as novas plataformas de comunicação ligadas à Internet e, nela, às redes sociais, e toda sorte de jogos, divertimentos e acessibilidade virtual à riqueza, celebridades etc. A cobertura da ocupação do *Complexo do Alemão* representou o marco de consolidação da busca há tempos empreendida pelos meios de comunicação com a finalidade de conferir à violência real uma *forma mercadoria*. Os eventos que se seguiram à violenta repressão policial contra a manifestação organizada pelo *Movimento Passe Livre* (MPL) dariam aos conglomerados empresariais a chave conclusiva do laboratório da virada, i.e., o *reflexo estético* da violência real (LUKÁCS, 1972). A partir da cobertura, plasmada como protagonista da notícia, a *mercadoria violência* ganhou os mesmos efeitos técnicos produzidos para o consumo de entretenimento, como o cinema, a novela, os jogos eletrônicos, se tornando uma pseudo realidade, uma imagem mediadora das relações entre as pessoas.

---

<sup>20</sup> Ver *O Leopardo*, de Luchino Visconti (1958), com base no romance homônimo do escritor italiano Giuseppe Tomasi Di Lampedusa.

<sup>21</sup> REIS (2014) *Op. cit.* nota 1.

<sup>22</sup> O modelo integrado de comunicação e entretenimento foi implantado no Brasil na década de 1950 pelo empresário Assis Chateaubriand. Posteriormente ele foi seguido e desenvolvido pelas famílias Marinho e Abravanel em seus próprios conglomerados.

Contados à centena de milhares e, em alguns casos, a mais de um milhão de pessoas, as manifestações que se seguiram à repressão chamariam a atenção da imprensa brasileira nem tanto pela obviedade do seu caráter informativo, mas, sobretudo, pela possibilidade aperfeiçoar a *forma mercadoria* da violência com base na recuperação do *protocolo da cordialidade*. Fazendo uso de toda a experiência acumulada na produção da *mercadoria violência*, desta feita os meios de comunicação segmentariam a informação geral sobre as manifestações dispondo positivamente, de um lado, a *ação pacífica da maioria dos manifestantes* e, de outro lado, a *inaudita violência dos vândalos mascarados*, os chamados *Black blocs*. Dessa forma, imagem, texto, infográfico e toda sorte de recurso cabível adquiriria um apuro estético extraordinário com a finalidade de formatar a pauta da notícia tematicamente a partir das oposições *amor x ódio, construção x destruição, cara limpa x mascarado, cordialidade x violência*. Nas coberturas destacavam o aspecto coreográfico das manifestações enfatizando, contudo, a destruição urbana e o seu custo *para toda a população*. Os grupos de jovens mascarados, em especial os *Black blocs*, foram tomados como protagonistas principais e deram mostras de gostar do apelo publicitário. Foram capas de revista, deram entrevistas, a intelligentsia domesticada se manifestou a favor e contra, todos, enfim, contribuindo para o *marketing* da violência na *forma mercadoria* e, por conseguinte, para a despolitização das manifestações.

Posso ter parecido presunçoso ou de boa vontade ingênuo ao chamar a atenção no início dessa atenção para a terrível experiência de vivermos numa espécie de *zumbilândia*. Como assistente compulsivo do lixo cultural que nos oferecem, descreio que esteja equivocado quanto a isso, sobretudo quando critico o fracionamento da luta social e a entrega alienada dos pós-modernistas à estandardização e espetacularização das suas “tribos” aos conglomerados empresariais de comunicação, entretenimento e diversão. São essas redes definidoras e definidas por um padrão de qualidade de acabamento onde o aparato técnico é subsumido pelo estético numa dimensão puramente artística ou alegórica, que controlam o tólos ético-estético protocolar da distopia presente. Com efeito, faz muito tempo que a literatura e o cinema produzem alegorias de um mundo assombrado por um *Grande Irmão* a todos controlando, perseguindo e punindo. De um modo geral essas distopias apresentam um desafio para indivíduos com sentimentos persecutórios cuja obsessão é a desconfiança do outro. Em tais descrições fantasmagóricas, o indivíduo descrente da coletividade busca dar um sentido à vida que não se lhe apresenta objetivamente, sendo a esperança o que irá movê-lo em face aos desafios que se lhe apresentam. Entretanto, porquanto aquela distopia tenha uma dimensão meramente artística, a esperança que seria supostamente a condição particular de mediação do indivíduo com o mundo, permanece nele mesmo confinado, por assim dizer esvaziada de conteúdo (LUKÁCS, 1967). Nesse sentido, ainda que nessas descrições sejam sugeridos indícios de sociabilidade capaz de revestir o indivíduo de uma carnadura real, o que trazem em verdade é algo próximo a uma cosmogonia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jane Barros. *Educação ao longo de toda a vida*. Uma proposta de educação pós-moderna da Unesco. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, Dissertação (Mestrado em Educação), 2007.
- ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

- BARBOSA, Wilmar do Vale. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, J. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.
- LUKÁCS, György. *Estética*. Vol. 4. Barcelona: Grijalbo, 1967.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MIEVILLE, China. *A cidade e a cidade*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NELSON, Cary. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, T. T. (Org.) *Alienígenas em sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- O LEOPARDO. Direção: Luchino Visconti. Título original: *Il gattopardo*, Itália/França: Titanus, 1963
- OLIVA, Achille Bonito (Org.). *Transavanguardia internacional*. Milão, Giancarlo Politi, 1982.
- PONTUAL, Roberto. *Explode geração!* Rio de Janeiro: Avenir, 1984.
- REIS, Ronaldo Rosas. *Educação e estética*. Ensaios críticos sobre arte e formação humana no pós-modernismo. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. O abandono da totalidade e a distopia da diversidade. In *Revista Conhecimento & Diversidade*. Niterói, RJ: Institutos La Salle, 2010, n° 03, pp. 65-77.
- \_\_\_\_\_. O antirreino da liberdade. Pós-modernismo e má-fé. In RODRIGUES, J. S. *A universidade rumo à Nova-América: pós-modernismo, shopping center e ensino superior*. Niterói, RJ: EDUFF, 2012, pp. 149-179.
- \_\_\_\_\_. La violencia como mercancía. Los medios y la espectacularización de la barbarie en Brasil. In REIS, R. R et al (Coord.). *Tiempos violentos*. Barbarie y decadencia civilizatoria. Buenos Aires: Herramienta, 2014, pp. 261-296.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2005.